

17. ACORDOS DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA:

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, o despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara e 28 de agosto de 2018, Municipal, relativo aos Acordos de Colaboração no âmbito das refeições escolares e das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-escolar, proposta que se anexa.

Nº Informação: 26798

Data: 27/08/2018

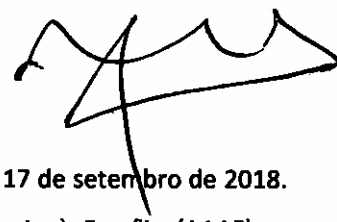
*Apres. A S. de
Centro Municipal, para
ratificação.*

Assunto: Acordos de Colaboração no âmbito das Refeições Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família

18.08.27

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Dr. Ricardo Rio



As atividades letivas e educativas para o ano letivo 2018/2019 iniciam entre 12 e 17 de setembro de 2018. No entanto, e atendendo a que a resposta das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), e consequentemente o fornecimento de refeições para essas crianças, visa a conciliação entre a escola e a família, a mesma inicia as suas atividades logo no primeiro dia útil do mês de setembro.

De referir que o Município de Braga garante o correto desenvolvimento dessas responsabilidades em colaboração com entidades locais, cuja parceria é devidamente formalizada com os Acordos de Colaboração, que se anexam.

Mais se informa que nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Assim, uma vez que os acordos em apreço deverão ter execução, impreterivelmente, a partir do dia 3 de setembro, propõe-se ao Sr. Presidente da Câmara a assinatura dos referidos Acordos, sujeitando-a a ratificação na próxima reunião do Executivo Municipal, que ocorrerá no dia 3 de setembro.

À consideração superior.

A Chefe da Divisão de Educação



Branca Soares da Costa

PROPOSTA A EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: RESPOSTAS SOCIOEDUCATIVAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DA REDE PÚBLICA – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF) E REFEIÇÕES | ACORDOS DE COLABORAÇÃO

Considerando:

- I)-A responsabilidade do Estado no fornecimento de refeições escolares às crianças do pré-escolar e alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico é da responsabilidade dos municípios, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto e da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pelos diplomas subsequentes;
- II) Que o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, desenvolveu o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, nas áreas enunciadas no seu artigo 2º, nas quais se inclui a “Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar”;
- III) Que uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias e entidades locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações.
- IV) Que no âmbito da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, podem ser oferecidas Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as necessidades das famílias;

- V) A necessidade de garantir equidade para todas as famílias cujos educandos frequentem os estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Braga;
- VI) Que a transferência das competências relativas à Educação, nomeadamente nas áreas das refeições escolares e atividades de animação e apoio à família, se encontra regulada em diplomas específicos, que são a sua legislação habilitante, considera-se que os modelos de colaboração e parceria entre autarquias locais (Câmaras municipais e juntas de freguesia), agrupamentos de escolas, associações de pais e IPSS, dispensa a sua aprovação pela Assembleia Municipal (artigo 33.º, n.º 1, alínea hh)), contrariamente ao que sucede nos contratos interadministrativos que se regem pela Lei n.º 75/2013.

Foram revistos os acordos de colaboração no âmbito do fornecimento de refeições escolares para as crianças da educação pré-escolar (EPE) e alunos do 1º ciclo do ensino básico (CEB), assim como para o desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) para as crianças do EPE, tendo como pressupostos:

- a) o envolvimento e responsabilização dos Agrupamentos de Escolas na supervisão dos serviços que decorrem no espaço da escola, conforme prevê a Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto;
- b) a apresentação de relatórios por parte das entidades executoras ao Município e Agrupamento de Escolas, com o objetivo de avaliar e melhorar as respostas que são desenvolvidas;
- c) a assunção das responsabilidades do Município de Braga, garantindo:
 - i. suporte financeiro adequado às entidades executoras para que possam executar com qualidade as tarefas assumidas;
 - ii. equidade nos encargos para as famílias, independentemente do estabelecimento de educação e ensino frequentado;
 - iii. que as comparticipações pagas pelas famílias cumprem com o definido legalmente e que se verifica o pressuposto do aumento gradual das mesmas

em função dos rendimentos económicos destas, suportando o Município os encargos dos agregados familiares mais carenciados;

- iv. o acompanhamento e monitorização dos serviços prestados, atento às especificidades de cada estabelecimento.

Conforme o Despacho n.º 6020-A/2018, de 19 de junho, as atividades letivas e educativas iniciam no período compreendido entre 12 e 17 de setembro de 2018. No entanto, e atendendo a que a resposta das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) visa a conciliação entre a escola e a família, a mesma inicia as suas atividades logo no primeiro dia útil do mês de setembro.

Considerando, assim, a necessidade imperiosa de garantir o desenvolvimento destas respostas a partir do dia 3 de setembro, que as mesmas se desenvolvem em parceria com diversos interlocutores locais e nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que refere que em circunstâncias excecionais o presidente pode praticar quaisquer atos da competência da Câmara Municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática. encaminham-se, para ratificação do Executivo Municipal, os Acordos de Colaboração no âmbito do Fornecimento de Refeições Escolares e das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar, celebrados entre o Município de Braga, os agrupamentos de escolas e entidades parceiras (executoras).

Município de Braga, 28 de agosto de 2018

A Chefe da Divisão de Educação



Branca Soares da Costa



ANEXO I

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
Alberto Sampaio	Freguesia de Esporões	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE da EB de Esporõeso Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Esporões
	União de Freguesias de Arcos e Lomar	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE da EB de Arcoso Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Arcoso Refeições para 1º CEB da EB de Lomar
	União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE da EB de Fraiãoo Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Fraiãoo AAAP para EPE da EB n.º 1 de Nogueirao Refeições para EPE e 1º CEB da EB n.º 1 de Nogueirao AAAP para EPE do JI do Monte, Nogueira
	União de Freguesias de Morreira e Trandeiras	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE do JI do Carvalho, Trandeiraso Refeições para EPE do JI do Carvalho, Trandeiraso Refeições para 1º CEB da EB de Trandeiras
André Soares	Associação de Pais do Carandá	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB da EB do Carandá
	Associação de Pais do Fujacal	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB da EB do Fujacal
	Associação de Pais de S. Lázaro	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB da EB de S. Lázaro
	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE da EB de Ponte Pedrinhao Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Ponte Pedrinha
	União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE da EB do Fujacalo Refeições para EPE da EB do Fujacalo AAAP para EPE da EB de S. Lázaroo Refeições para EPE da EB de S. Lázaro
Braga Oeste	Junta de Freguesia de Sequeira	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE da EB de Sequeirao Refeições para EPE e 1º CEB da EB da Sequeira
	União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE no JI de Cabreiroso Refeições para EPE no JI de Cabreiroso Refeições para 1º CEB na EB de Cabreiros
Carlos Amarante	Junta de Freguesia de Espinho	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE na EB de Espinhoo Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Espinho
	Junta de Freguesia de Gualtar	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE no JI de Gualtaro Refeições para EPE no JI de Gualtaro Refeições para 1º CEB na EB n.º 1 de Gualtar
	Junta de Freguesia de Pedralva	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE na EB de Pedralvao Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Pedralva
	Junta de Freguesia de Sobreposta	<ul style="list-style-type: none">o AAAP para EPE na EB de Sobrepostao Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Sobreposta



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
	União de Freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE na EB de Este S. Mamede o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Este S. Mamede o AAAP para EPE no JI de Este S. Pedro o Refeições para EPE no JI de Este S. Pedro o Refeições para 1º CEB na EB de Este S. Pedro
Celeirós	Junta de Freguesia de Figueiredo	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE na EB de Figueiredo o Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Figueiredo
	Junta de Freguesia de Lamas	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE no JI de Lamas o Refeições para EPE no JI de Lamas
	União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE da EB da Cruz o Refeições para EPE e 1º Ciclo na EB da Cruz o AAAP para EPE da EB de Garapôa o Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB da Garapôa
	União de Freguesias de Escudeiros e Penso Sto. Estevão e S. Vicente	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE na EB de Escudeiros o Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Escudeiros
	União de Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para EPE na EB de Guisande o Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Guisande
D. Maria II	Associação de Pais de Santa Tecla	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para o 1º ciclo na EB de Santa Tecla
	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para o 1º ciclo na EB Bairro Económico o AAAP para a EPE na EB n. 22 de Lamações o Refeições para a EPE e 1º ciclo de na EB n. 22 de Lamações o Refeições para o 1º ciclo na EB de S. João do Souto
	União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para a EPE no JI de Cangosta, Lamações o Refeições para a EPE no JI de Cangosta, Lamações
	União de Freguesias de Nogueiró e Tenões	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para a EPE na EB de Tenões o Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Tenões o AAAP para a EPE na EB de Nogueiró o Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Nogueiró
	União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João de Souto	<ul style="list-style-type: none"> o AAAP para a EPE no JI de Bracara Augusta o Refeições para a EPE no JI de Bracara Augusta
Dr. Francisco Sanches	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para o 1º CEB na EB Bairro da Alegria o Refeições para o 1º CEB na EB da Enguardas o Refeições para o 1º CEB na EB S. Victor
	Junta de Freguesia de S. Vicente	<ul style="list-style-type: none"> o Refeições para o 1º CEB na EB Bairro da Misericórdia



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
		<ul style="list-style-type: none">o AAAF para a EPE na EB Quinta da Veigao Refeições para EPE e 1º CEB na EB Quinta da Veigao AAAF para EPE no JI Quinta das Fonteso Refeições para EPE no JI Quinta das Fontes
	Junta de Freguesia de S. Victor	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB Bairro da Alegriao Refeições para EPE na EB Bairro da Alegriao AAAF para EPE na EB das Enguardaso Refeições para EPE na EB das Enguardas
Maximinos	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB de Maximinoso Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Maximinoso AAAF para EPE na EB da Naiao Refeições para EPE e 1º CEB na EB da Naia
	União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB da Estradao Refeições para EPE e 1º CEB na EB da Estradao Refeições para 1º CEB na EB da Gandrao AAAF para EPE na EB de Gondizalveso Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Gondizalves
Mosteiro e Cávado	Associação Cultural e Social de Merelim S. Pedro	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB de Merelim S. Pedroo Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Merelim S. Pedro
	Junta de Freguesia de Mire Tibães	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB na EB do Carrascalo AAAF para EPE no JI de Ruãeso Refeições para EPE no JI de Ruães
	Junta de Freguesia de Padim da Graça	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB na EB de Padim da Graçao AAAF para EPE no JI de Padim da Graçao Refeições para EPE no JI de Padim da Graça
	União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada Tibães	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB de Merelim S. Paioo Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Merelim S. Paioo Refeições para 1º CEB na EB de Panoiaso AAAF para EPE no JI Panoiaso Refeições para EPE no JI de Panoias
Real	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB na EB da Séo AAAF para EPE no JI de Parada Tibãeso Refeições para EPE no JI de Parada Tibãeso AAAF para EPE no JI de Quinta das Hortaso Refeições para EPE no JI de Quinta das Hortas
	União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB na EB de Frossoso AAAF para EPE no JI de Frossoso Refeições para EPE no JI de Frossos
	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB na EB das Parretaso Refeições para 1º CEB na EB de Realo AAAF para EPE na EB S. Frutuosoo Refeições para EPE e 1º CEB na EB S. Frutuoso



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
Sá de Miranda	Junta de Freguesia de Adaúfe	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB na EB de Eira Velhao AAAF para EPE na EB de Presao Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Presao AAAF para EPE no JI de Adaúfeo Refeições para EPE no JI de Adaúfe
	Junta de Freguesia de Palmeira	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB Bracara Augustao Refeições para EPE e 1º CEB na EB Bracara Augustao AAAF para EPE na EB do Coucinheiroo Refeições para EPE e 1º CEB na EB do Coucinheiroo Refeições para 1º CEB na EB da Ortigueira
	União de Freguesias de Crespos e Pousada	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB de Cresposo Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Cresposo AAAF para EPE na EB de Pousadao Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Pousada
	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB de Dumeo Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Dume
	União de Freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE no JI de Pomares, Sta. Lucreciao Refeições para EPE no JI de Pomares, Sta. Lucrecia
Trigal Santa Maria	Associação de Pais de Tadim	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB de Estaçãoo Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Estação
	Junta de Freguesia de Priscos	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE no JI de Priscoso Refeições para EPE no JI de Priscos
	Junta de Freguesia de Ruilhe	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB na EB de Ruilhe
	Junta de Freguesia de Tebosa	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB de Tebosao Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Tebosa
	União de Freguesias de Arentim e Cunha	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB de Arentimo Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Arentimo AAAF para EPE no JI de Cunhao Refeições para EPE no JI de Cunha
	União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para a EPE na EB de Aveledao Refeições para EPE e 1º ciclo na EB de Aveledao AAAF para EPE no JI de Vimieiroo Refeições no JI de Vimieiro
	União de Freguesias de Vilaça e Fradelos	<ul style="list-style-type: none">o AAAF para EPE na EB de Fradeloso Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Fradeloso AAAF para EPE no JI de Vilaçao Refeições para EPE no JI de Vilaça



BRAGA
Município

GABINETE VEREADORA LIDIA DIAS

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian	Conservatório Calouste Gulbenkian	<ul style="list-style-type: none">o Refeições para 1º CEB da Escola Artística do Conservatório

Abreviaturas:

AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família

CEB - Ciclo de Ensino Básico

EB - Escola Básica

EPE - Educação Pré-Escolar

JI - Jardim de Infância

**ACORDO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DAS
ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

ENTRE

O MUNICÍPIO DE BRAGA, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado “Entidade Promotora”,

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS _____, com o número de identificação de pessoa coletiva _____, com sede em _____ 0000-000 _____, no presente ato representado pelo Diretor, _____, adiante designado por “Agrupamento”

E

_____, com pessoa coletiva n.º _____, com sede em _____, no presente ato representado pelo seu Presidente, _____, adiante designado “Entidade Executora”.

Considerando que:

1. O objetivo consagrado na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, aprovada pela Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, é o de que a educação pré-escolar constitui a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário;
2. No âmbito da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, publicado na 2ª Série do Diário da República nº 164, de 24 de agosto, podem ser oferecidas Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as necessidades das famílias;
3. O Município de Braga, reconhecendo a situação de precariedade de diversas famílias carenciadas, pretende intervir de forma a assegurar condições iguais a todas as crianças da educação pré-escolar da rede pública do concelho de Braga;
4. O papel determinante e insubstituível que o Município de Braga e os Agrupamentos de Escolas têm vindo a desempenhar na construção de um processo educativo capaz de corresponder aos anseios da comunidade;

5. Em face das necessidades manifestadas pelas famílias, se mostra imprescindível dar uma resposta social adequada proporcionando a todas as crianças atividades de animação e assegurando o seu acompanhamento antes e ou depois do período diário de atividades educativas e ou durante o período de interrupção das mesmas;
6. Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais e outras entidades locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;
7. A prática seguida pelo Município tem vindo a demonstrar que determinadas competências ficam melhor acauteladas se delegadas em entidades locais, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades, com garantia de maior racionalização dos recursos;
9. Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 a Câmara Municipal de Braga preparou com o Agrupamento de Escolas de _____ e _____ o presente acordo de colaboração.

Entre os representados dos outorgantes é celebrado o presente acordo de colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes.

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente acordo tem por objeto a definição das condições de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) às crianças das Escolas _____.
2. Estão abrangidas pelo presente protocolo todas as crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar mencionados no número anterior, desde que procedam à sua prévia inscrição.

Cláusula 2.ª

Obrigações do Município de Braga

1. São competências da Entidade Promotora:

- a) Colaborar com os parceiros do presente protocolo na coordenação das AAAF;
- b) Ceder as instalações dos estabelecimentos de educação identificados na cláusula anterior para as AAAF;
- c) Monitorizar o desenvolvimento das AAAF, podendo para o efeito efetuar inquéritos de avaliação e controlo, visitas ao local onde decorrem as atividades, bem como solicitar as informações ou os esclarecimentos que entenda necessários;

d) Atribuir um subsídio no valor de _____ € (___), para apoiar a execução das AAAF, incluindo interrupções das atividades;

2. A comparticipação financeira do Município será efetuada no mês seguinte a que se reporta o mesmo, procedendo-se aos acertos devidos nos pagamentos de fevereiro e junho/julho.

3. A transferência de verbas fica dependente do cumprimento da obrigação constante da alínea d) da cláusula 4ª, sendo que no caso da última transferência é também necessária a entrega do relatório financeiro.

4. Fornecer à Entidade Executora uma lista nominal com identificação do nome e número de contribuinte das crianças e respetivo escalão de auxílios económicos, morada e identificação do encarregado de educação (nome e contacto), com a seguinte finalidade:

- identificação dos valores que a Entidade Executora poderá cobrar a cada um dos encarregados de educação;
- faturação dos valores devidos aos encarregados de educação;
- comunicação com os encarregados de educação das crianças no âmbito exclusivo do desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família.

Cláusula 3ª

Obrigações do Agrupamento de Escolas

1- Sem prejuízo das mencionadas na Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, constituem obrigações do Agrupamento:

a) Proceder ao levantamento do número de crianças que pretendem frequentar as AAAF, no ato de inscrição no jardim-de-infância;

b) Submeter e/ou validar, na plataforma SIGA, a listagem com a identificação dos alunos a frequentar as AAAF nos estabelecimentos de ensino identificados na cláusula 1ª, mensalmente até ao 5º dia útil do mês seguinte, por escola:

- i. alunos por escalão A, B e C ou outro da Ação Social Escolar;
- ii. alunos com necessidades especiais.

c) Assegurar, em articulação com a Entidade Executora, o controlo do número de inscrições e respetiva comparticipação mensal dos encarregados de educação;

d) Acionar, nos termos da lei, o seguro escolar, fazendo-o funcionar durante o período em que decorrem as AAAF;

e) Informar a Entidade Executora da tipologia de atividades não cobertas pelo seguro escolar;

- f) Comunicar à Entidade Promotora e à Entidade Executora qualquer modificação nos horários ou outra alteração que influencie de alguma maneira o funcionamento das AAAF, com a antecedência de 5 dias úteis;
- g) Cooperar com a Entidade Promotora sempre que esta assim o solicitar, no âmbito do disposto na alínea c) do n.º 1 da cláusula 2ª;
- h) Enviar o Plano de Atividades à Entidade Promotora e à Entidade Executora, após aprovação em Conselho Pedagógico, até ao dia 31 de dezembro de 2018;
- i) Indicar à Entidade Promotora e à Entidade Executora o nome do docente responsável pela supervisão e acompanhamento geral das AAAF;
- j) Remeter à Entidade Promotora a ata das reuniões de avaliação das AAAF e/ou outros elementos decorrentes da monitorização das atividades.

Cláusula 4ª

Obrigações da Entidade Executora

Constituem obrigações da Entidade Executora:

- a) Assegurar as AAAF todos os dias úteis, inclusive nas interrupções das atividades nos estabelecimentos que permaneçam em funcionamento;
- b) Respeitar as regras de segurança nos espaços onde se desenvolvem as AAAF, de acordo com o previsto na lei aplicável;
- c) Disponibilizar os recursos humanos necessários ao funcionamento das AAAF;
- d) Remeter mensalmente ao Agrupamento e Município os dados previstos na alínea b) da Cláusula 3ª ou submeter os mesmos na Plataforma SIGA;
- e) Cobrar às famílias uma comparticipação financeira por criança, cujo valor máximo não poderá exceder o previsto no Anexo I;
- f) Zelar e reparar, caso necessário, os espaços utilizados para o desenvolvimento das AAAF, incluindo a limpeza dos mesmos;
- g) Informar por escrito a Entidade Promotora e o Agrupamento de qualquer facto ou ocorrência que possa constituir alteração ou extinção do funcionamento das AAAF;
- h) Efetuar seguro de acidentes pessoais para atividades não cobertas pelo seguro escolar;
- i) Cooperar com a Entidade Promotora sempre que esta assim o solicitar, no âmbito do disposto na alínea c) do n.º 1 da cláusula 2ª;
- j) Colaborar com o educador titular na organização e planificação das atividades a desenvolver no âmbito do presente protocolo, não podendo desenvolver atividades sem a prévia aprovação do Agrupamento;

- k) Participar na reunião dirigida aos pais e encarregados de educação, para apresentar os planos de atividades e os recursos humanos afetos;
- l) Manter a confidencialidade dos dados facultados pelo Agrupamento e/ou Entidade Promotora relativos às crianças, nos termos da alínea c) da cláusula 3ª;
- m) Remeter à Entidade Promotora, com conhecimento ao Agrupamento de Escolas:
- o O regulamento das atividades, incluindo o preçário, até ao final de dezembro de 2018;
 - o O mapa de recursos humanos afetos às AAAF, até ao final de dezembro de 2018;
 - o O(s) respetivo(s) comprovativo(s) do reforço da contratação de monitores;
 - o O relatório de atividades no final de cada período letivo;
 - o o relatório final de avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do presente Acordo, incluindo o relatório financeiro, até 15 de agosto de 2019
- n) Divulgar pelos meios adequados que as AAAF decorrem ao abrigo do presente acordo, atribuindo sempre idêntico destaque a todas as entidades intervenientes e incluindo, obrigatoriamente o logotipo do Município de Braga e do Agrupamento de Escolas.
- o) Utilizar os dados pessoais das crianças e encarregados de educação apenas para os fins relacionados com as o desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família.
- p) Criar, no tratamento que fará dos dados, mecanismos que permitam, quase imediatamente, proceder à eliminação dos mesmos nos termos do solicitado pelo titular dos dados. Quando a eliminação ocorrer, o responsável pelo tratamento deve garantir não só a eliminação de todos os dados e respetivas ligações para esses dados (situação que se coloca sobretudo quando os dados são públicos, por exemplo no caso das redes sociais), mas também as respetivas cópias ou reproduções dos dados.
- q) Cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que for aplicável.

Cláusula 5ª

Comparticipação financeira das famílias

1. Constitui obrigação dos pais e encarregados de educação proceder ao pagamento atempado das mensalidades.
2. Em caso de incumprimento, o Agrupamento e a Entidade Executora poderão condicionar o acesso das crianças às atividades.
3. Entende-se por incumprimento o não pagamento de duas mensalidades consecutivas.
4. Em caso algum deverão ser cobrados às famílias valores relativos a inscrição.

5. Os valores máximos a cargo das famílias cujas crianças usufruam das AAAF são os fixados, de acordo com o escalão ASE, no anexo I do presente contrato.

Cláusula 7.ª

Prazo de vigência

O período de vigência do contrato de delegação de competências é de 1 de setembro de 2018 a 31 de julho de 2019, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 14ª e 15ª.

Cláusula 8.ª

Execução e Avaliação do Acordo

Para uma articulação permanente entre Entidade Promotora, o Agrupamento e a Entidade Executora, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 9.ª

Ocorrências e emergências

A Entidade Executora e/ou o Agrupamento deve comunicar à Entidade Promotora, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente acordo.

Cláusula 10.ª

Verificação do cumprimento do objeto

1. A Entidade Promotora pode verificar o cumprimento do objeto do acordo pela Entidade Executora, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.
2. As determinações da Entidade Promotora emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a Entidade Executora, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 11.ª

Modificação do acordo

1. O presente acordo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que fundamentaram o estabelecimento do presente ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do acordo obedece a forma escrita.

Cláusula 12.ª

Suspensão do acordo

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente acordo pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do acordo, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

Cláusula 13.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 14.ª

Revogação

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente acordo.
2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 15.ª

Comunicações e notificações

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.

Cláusula 16.ª

Entrada em vigor

O presente acordo entra em vigor no primeiro dia útil do mês de setembro de dois mil e dezoito.

Cláusula 17.ª

Publicidade

Os outorgantes deverão publicitar, devidamente, este acordo, nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

Cláusula 18.ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada em orçamento.

Para constar se lavrou o presente contrato em triplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, de de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

O Diretor do Agrupamento de Escolas,

O Presidente da Entidade Executora,

ANEXO I**CÁLCULO DAS VERBAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EXECUTORA****Regras de comparticipação:****a) Comparticipação do Município de Braga por sala de AAAF****30,99€ / criança / mês****b) Apoio do Município de Braga para o acompanhamento a crianças com necessidades especiais****100€ /mês / criança ***

* Quando existam crianças com necessidades especiais a frequentar as AAAF, e tendo por base a avaliação do agrupamento de escolas face à necessidade de um acompanhamento individualizado, o Município de Braga atribui um apoio adicional, destinado ao reforço da contratação de monitores.

Deverá ser remetido ao Município, o respetivo comprovativo do reforço da contratação de monitores, sob pena da não atribuição da comparticipação.

c) Comparticipações Familiares e complemento aos valores assumidos pelas Famílias

ESCALÃO ASE DA CRIANÇA	COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES	COMPLEMENTO ASSUMIDO PELO MUNICÍPIO DE BRAGA
Escalão 1	gratuito	30,00€
Escalão 2	10,00€	20,00€
Escalão 3	20,00€	10,00€
Outros	30,00€	0,00€

**ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA O
FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES**

ENTRE

O MUNICÍPIO DE BRAGA, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado “Entidade Promotora”,

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS _____, com o número de identificação de pessoa coletiva _____, com sede em _____, no presente ato representado pelo Diretor, _____, adiante designado por “Agrupamento”

E

_____, com pessoa coletiva n.º _____, com sede em _____, no presente ato representado pelo seu Presidente, _____, adiante designada “Entidade Executora”

Considerando que: _____

1. A responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da ação social escolar, designadamente, no fornecimento de refeições escolares às crianças do pré-escolar e alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, é partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho e do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Despacho n.º 18987/2009, publicado na 2.ª série, do Diário da República n.º 158, de 17 de agosto;

2. Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais e entidades, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;

3. A prática seguida pelo Município tem vindo a demonstrar que determinadas competências ficam melhor acauteladas se delegadas nas entidades locais, em virtude da proximidade da

população, maior conhecimento das suas necessidades, com garantia de maior racionalização dos recursos;

4. Por força do disposto na alínea I) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, a Câmara Municipal de Braga preparou com o Agrupamento de Escolas de _____ e com _____ o presente acordo.

Entre os representados dos outorgantes é celebrado o presente acordo de colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes.

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente acordo tem por objeto a definição das condições do fornecimento de refeições escolares às crianças e/ou alunos das Escolas _____.

Cláusula 2.ª

Obrigações do Município de Braga

No âmbito do presente acordo, a Entidade Promotora obriga-se a:

- a) Exercer controlo direto da gestão do fornecimento de refeições escolares;
- b) Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares;
- c) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente contrato.
- d) Fornecer à Entidade Executora uma lista nominal com identificação do nome e número de contribuinte das crianças e respetivo escalão de auxílios económicos, morada e identificação do encarregado de educação (nome e contacto), com a seguinte finalidade:

- identificação dos valores que a Entidade Executora poderá cobrar a cada um dos encarregados de educação;
- faturação dos valores devidos aos encarregados de educação;
- comunicação com os encarregados de educação das crianças no âmbito exclusivo do desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Agrupamento de Escolas

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o Agrupamento obriga-se a acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares, reportando ao Município e à Freguesia qualquer anomalia detetada.

Cláusula 4.ª

Obrigações da Entidade Executora

1. No âmbito do presente acordo, a Entidade Executora fica obrigada a:

- a) Fornecer diariamente e durante o ano letivo de 2018/2019, refeições a _____ crianças/alunos, no(s) estabelecimento(s) de educação _____;
- b) Servir e acompanhar as refeições no horário compreendido entre as 12h00 e as 14h00;
- c) Inserir na Plataforma SIGA as presenças no serviço de refeições, de acordo com as orientações da Divisão de Educação, e até ao 5º dia útil do mês subsequente.
- d) Utilizar os dados pessoais das crianças e encarregados de educação apenas para os fins relacionados com as o desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família.
- e) Criar, no tratamento que fará dos dados, mecanismos que permitam, quase imediatamente, proceder à eliminação dos mesmos nos termos do solicitado pelo titular dos dados. Quando a eliminação ocorrer, o responsável pelo tratamento deve garantir não só a eliminação de todos os dados e respetivas ligações para esses dados (situação que se coloca sobretudo quando os dados são públicos, por exemplo no caso das redes sociais), mas também as respetivas cópias ou reproduções dos dados.
- f) Cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que for aplicável.

2. A prestação deve ser executada em conformidade com todas as cláusulas contratuais e demais legislação aplicável designadamente no que se refere aos princípios e normas gerais da legislação alimentar, às regras de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios e às normas relativas à implementação do HACCP, de acordo com o previsto no Regulamento (CE) nº 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril e Regulamento (CE) nº 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro.

3. Na composição da refeição deverão ser observadas as regras de uma alimentação saudável, equilibrada e variada, de acordo com a Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013.

4. O fornecimento está sujeito a operações de verificação quantitativa, qualitativa e de distribuição.

5. O transporte das refeições será da responsabilidade da Entidade Executora e deverá ser efetuado a expensas da mesma, nas melhores condições de higiene e segurança e de acordo com a lei em vigor, garantindo a salubridade dos produtos a transportar.
6. É da responsabilidade da Entidade Executora a reparação dos danos e prejuízos eventualmente causados, em caso de intoxicação alimentar.
7. O pessoal afeto ao refeitório é responsável pelo cumprimento das regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade e deve apresentar-se fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável.

Cláusula 5.ª

Recursos financeiros

1. A Entidade Promotora compromete-se a efetuar o pagamento das refeições fornecidas aos alunos protocolados, no valor unitário de refeição de €2,90 (dois euros e noventa cêntimos) para alunos abrangidos pelo escalão A, €2,17 (dois euros e dezassete cêntimos) para os alunos do escalão B e €1,44 (um euro e quarenta quatro cêntimos) para os restantes alunos, de acordo com a informação inserida na Plataforma SIGA.
2. A Entidade Executora compromete-se a cobrar €1,46 (um euro e quarenta e seis cêntimos) por cada refeição servida aos alunos que não se encontram abrangidos pela ação social escolar e €0,73 aos alunos abrangidos pelo escalão B, conforme o n.º 3, do artigo 4º do Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto. Os alunos com escalão A usufruem de refeição gratuita.
3. A comparticipação financeira do Município será efetuada no mês seguinte a que se reporta o mesmo, procedendo-se aos acertos devidos nos pagamentos de fevereiro e junho/julho.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

O período de vigência do acordo de colaboração coincide com o ano letivo 2018/2019, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 13ª e 14ª.

Cláusula 7.ª

Execução e Avaliação do Acordo

Para uma articulação permanente podem, os representantes indicados pelas partes, reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 8.ª

Ocorrências e emergências

A Entidade Executora e o Agrupamento devem comunicar à Entidade Promotora, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente acordo.

Cláusula 9.ª

Verificação do cumprimento do objeto do acordo

1. A Entidade Promotora pode verificar o cumprimento do objeto do acordo pela Entidade Executora, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.
2. As determinações da Entidade Promotora emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do acordo são imediatamente aplicáveis e vinculam a Entidade Executora, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 10.ª

Modificação do acordo

1. O presente acordo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do acordo obedece a forma escrita.

Cláusula 11.ª

Suspensão do acordo

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente acordo pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

Cláusula 12.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo, as partes outorgantes podem resolver o presente acordo quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 13.ª

Revogação

- 1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente acordo de colaboração.
- 2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Comunicações e notificações

- 1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 15.ª

Entrada em vigor

O presente acordo entra em vigor no 1º útil do mês de setembro.

Cláusula 16.ª

Publicidade

Os outorgantes deverão publicitar, devidamente, este contrato, nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

Cláusula 17.ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada em orçamento.

Braga, de de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

O Diretor do Agrupamento de Escolas,

O Presidente da Junta de Freguesia,

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

N.Seq.: 35992

DOC.GENER: REF.ED-1.º C/2018

Serviço Requisitante: 30 Div. Educação

Cabimento prévio: DELIB.: REF.ED-1. C/2018

Entidade: 22422 Município de Braga

NIF: 506901173

Orgânica: 03 Educação

Económica: 04050108 Outros

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 3 Refeições escolares - outras entidades

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
24/08/2018	15481	174 490,20				174 490,20		
24/08/2018	15482					174 490,20	465 307,20	

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

N.Seq.: 33203

DELIB.: REF.ED-1. C/2018

Serviço Requiritante: 30 Div. Educação

Organica: 03 Educação

Económica: 04050108 Outros

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 3 Refeições escolares - outras entidades

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 800 000,00

Cabimentado: 726 135,55

Saldo: 73 864,45

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento	Valor	
24/08/2018	14883	174 490,20				174 490,20	REFEIÇÕES PARA ALUNOS 1. CICLO, BRAGA H E A. PAIS PARA 2018

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Compromisso

N.Seq.: 35990

DOC.GENER: REF.ED-PRÉ/2018

Serviço Requisitante: 30 Div. Educação

Cabimento prévio: DELIB.: REF.ED-PRÉ/2018

Contrato:

Entidade: 22422 Município de Braga

NIF: 506901173

Orgânica: 03 Educação

Económica: 04050108 Outros

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 3 Refeições escolares - outras entidades

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
24/08/2018	15477	23 737,77				23 737,77		
24/08/2018	15478					23 737,77	63 300,72	

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

N.Seq.: 33200

DELIB.: REF.ED-PRÉ/2018

Serviço Requisitante: 30 Div. Educação

Organica: 03 Educação

Económica: 04050108 Outros

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 3 Refeições escolares - outras entidades

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 800 000,00

Cabimentado: 551 645,35

Saldo: 248 354,65

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		
24/08/2018	14880	23 737,77				23 737,77	REFEIÇÕES DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - BRAGA H e ASS. PAIS ANO 2018

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Compromisso

N.Seq.: 35991

DOC.GENER: REF.ED-1.º C/2018

Serviço Requiritante: 30 Div. Educação

Cabimento prévio: DELIB.: REF.ED-1.º C/2018

Contrato:

Entidade: 22422 Município de Braga

NIF: 506901173

Orgânica: 03 Educação

Económica: 04050102 Freguesias

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 2 Refeições e verba pré-escolares - freguesias

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
24/08/2018	15479	301 069,64				301 069,64		
24/08/2018	15480					301 069,64	802 852,36	

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

N.Seq.: 33201

DELIB.: REF.ED-1.º C/2018

Serviço Requiritante: 30 Div. Educação

Organica: 03 Educação

Económica: 04050102 Freguesias

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 2 Refeições e verba pré-escolares - freguesias

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 1 900 000,00

Cabimentado: 1 891 089,79

Saldo: 8 910,21

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		
24/08/2018	14881	301 069,64				301 069,64	REFEIÇÕES ALUNOS DO 1.º CICLO-CEB PARA 2018

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Compromisso

N.Seq.: 35988

DOC.GENER: REF.ED-PRÉ-E/2018

Serviço Requiritante: 30 Div. Educação

Cabimento prévio: DELIB.: REF.ED-PRÉ-E/2018

Contrato:

Entidade: 22422 Município de Braga

NIF: 506901173

Orgânica: 03 Educação

Económica: 04050102 Freguesias

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 2 Refeições e verba pré-escolares - freguesias

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
24/08/2018	15474	190 603,35				190 603,35		
24/08/2018	15475					190 603,35	508 275,60	

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

N.Seq.: 33199

DELIB.: REF.ED-PRÉ-E/2018

Serviço Requisitante: 30 Div. Educação

Organica: 03 Educação

Económica: 04050102 Freguesias

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 2 Refeições e verba pré-escolares - freguesias

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 1 900 000,00

Cabimentado: 1 590 020,15

Saldo: 309 979,85

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Valor	Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento				
24/08/2018	14879	190 603,35							190 603,35 refeições da Educação Pré-Escolar ANO 2018

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Compromisso

N.Seq.: 35993

DOC.GENER: APOIO FAMIL/2018

Serviço Requisitante: 30 Div. Educação

Cabimento prévio: DELIB.: APOIO FAMIL/2018

Entidade: 22422 Município de Braga

NIF: 506901173

Orgânica: 03 Educação

Económica: 04050108 Outros

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 3 Refeições escolares - outras entidades

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
24/08/2018	15483	31 616,67				31 616,67		
24/08/2018	15484					31 616,67	84 311,12	

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

N.Seq.: 33205

DELIB.: APOIO FAMIL/2018

Serviço Requisitante: 30 Div. Educação

Organica: 03 Educação

Económica: 04050108 Outros

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 3 Refeições escolares - outras entidades

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 800 000,00

Cabimentado: 757 752,22

Saldo: 42 247,78

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		
24/08/2018	14885	31 616,67				31 616,67	ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO A FAMÍLIA 2018

24/08/2018 15483

35993 DOC.GENER. APOIO FAMIL/2018

31 616,67

0.00

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Compromisso

N.Seq.: 35994

DOC.GENER: APOIO AAAF/2018

Serviço Requiritante: 30 Div. Educação

Cabimento prévio: DELIB.: APOIO AAAF/2018

Entidade: 22422 Município de Braga

NIF: 506901173

Orgânica: 03 Educação

Económica: 04050102 Freguesias

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 2 Refeições e verba pré-escolares - freguesias

Contrato:

Data	Nº Lang.	Valores		Correções		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial				Documento	Valor			
24/08/2018	15487	201 221,73						201 221,73		
24/08/2018	15488							201 221,73	536 591,28	

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

DELIB.: APOIO AAAF/2018

N.Seq.: 33206

Serviço Requiritante: 30 Div. Educação

Organica: 03 Educação

Económica: 04050102 Freguesias

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior

2017/12 APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS

Acc.: 2 Refeições e verba pré-escolares - freguesias

Orçamento de GOP

Financiamento disponível:	1 900 000,00
Cabimentado:	1 897 311,52
Saldo:	2 688,48

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		
24/08/2018	14887	201 221,73					201 221,73 ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA ANO 2018
24/08/2018	15487			35994	DOC. GENER. APOIO AAAF/2018	201 221,73	0,00